

Mapeamento de Legislações Nacionais						
	Número da legislação	Data de promulgação	Data de vigência	Sinopse	Link de acesso	Última atualização
1	Decreto-Lei nº 900	29 de setembro de 1969		Altera disposições do Decreto-Lei nº 200	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0900.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0900.htm</a>	Lei nº 7.596, de 1987
2	Constituição Federal	5 de outubro de 1988		Constituição da República Federativa do Brasil	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>	EC nº 108, de 2020
3	Lei nº 8.159	8 de janeiro de 1991		Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm</a>	Lei nº 12.527, de 2011
4	Lei nº 9.296	24 de julho de 1996		Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9296.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9296.htm</a>	Lei nº 13.964, de 2019
5	Lei nº 9.472	16 de julho de 1997		Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da EC nº 8/1995	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm</a>	Lei nº 13.879, de 2019
6	Lei nº 9.507	12 de novembro de 1997		Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9507.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9507.htm</a>	-
7	Lei nº 9.784	29 de janeiro de 1999		Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm</a>	-
8	Lei nº 12.527	18 de novembro de 2011	16 de maio de 2012	Lei de Acesso à Informação (LAI)	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm</a>	-
9	Decreto nº 7.724	16 de maio de 2012		Regulamenta a Lei nº 12.527, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm</a>	-
10	Decreto nº 7.845	14 de novembro de 2012		Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7845.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7845.htm</a>	Decreto nº 9.832 de 2019
11	Lei nº 12.965	23 de abril de 2014	23 de junho de 2014	Marco Civil da Internet	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm</a>	-

					<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2011-2014/2014/Lei/12965.htm">o2011-2014/2014/Lei/12965.htm</a>	
12	Decreto nº 8.764	10 de maio de 2016		Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8764.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8764.htm</a>	-
13	Decreto nº 8.771	11 de maio de 2016	11 de junho de 2016	Trata de hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indica procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, aponta medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela Administração Pública e estabelece parâmetros para fiscalização e apuração de infrações	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8771.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8771.htm</a>	-
14	Decreto nº 8.789	29 de junho de 2016		Dispõe sobre o compartilhamento de bases de dados na Administração Pública Federal	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8789.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8789.htm</a>	Revogado pelo Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019
15	Decreto nº 8.936	20 de dezembro de 2016		Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8936.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2016/Decreto/D8936.htm</a>	-
16	Lei nº 13.444	11 de maio de 2017		Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2017/Lei/13444.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2017/Lei/13444.htm</a>	-
17	Lei nº 13.460	27 de junho de 2017	360 dias para União, Estados, DF e Municípios com mais de 500.000 habitantes; 540 dias para Municípios entre 100.000 e 500.000 habitantes; 720 dias para Municípios com menos de 100.000 habitantes.	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2017/Lei/L13460.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2017/Lei/L13460.htm</a>	-
18	Decreto nº 9.278	6 de fevereiro de 2018		Regulamenta a Lei nº 7.116, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2018/Decreto/D9278.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At/2015-2018/2018/Decreto/D9278.htm</a>	-

19	Lei nº 13.709	14 de agosto de 2018	Em discussão (Projeto de Lei de Conversão nº 34/2020)	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm</a>	Projeto de Lei de Conversão nº 34/2020
20	MP nº 869	27 de dezembro de 2018		Modificação da LGPD com a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) – posteriormente convertida em Lei nº 13.853	<a href="https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/12/2018&amp;jornal=515&amp;pagina=8&amp;totalArquivos=540">https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/12/2018&amp;jornal=515&amp;pagina=8&amp;totalArquivos=540</a>	-
21	LC nº 166/2019	8 de abril de 2019	9 de julho de 2019	Altera a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), permitindo que as empresas criem o Cadastro Positivo dos consumidores sem autorização dos mesmos	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp166.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp166.htm</a>	-
22	Lei nº 13.853	8 de julho de 2019		Modificação da LGPD com a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm</a>	-
23	PEC nº 17/2019	3 de julho de 2019	-	Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210757">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210757</a>	Matéria não foi apreciada em 17 de março de 2020 em razão do encerramento da Sessão
24	PL nº 4.496/2019	14 de agosto de 2019	-	Altera a LGPD para definir a expressão “decisão automatizada”	<a href="https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138136">https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138136</a>	Em discussão
25	Decreto nº 10.046	9 de outubro de 2019		Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da Administração Pública Federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Atos2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Atos2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm</a>	-
26	PL nº 5.762/2019	30 de outubro de 2019	-	Altera a LGPD, prorrogando a data de entrada em vigor para 15 de agosto de 2022	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2227704">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2227704</a>	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
27	PL nº 365/2020	5 de março de 2020	-	Altera a LGPD para incluir entidades filantrópicas no rol de exceções à aplicação da lei e estabelecer limite à aplicação de multa a essas entidades	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2227704">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2227704</a>	Em discussão

					cao?idProposicao=2237719	
28	MP nº 959	29 de abril de 2020		Prorroga a <i>vacatio legis</i> da LGPD para 3 de maio de 2021	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At_02019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm#art4">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At_02019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm#art4</a>	Deve ser convertida em Lei ou derrubada até 27 de agosto de 2020
29	Lei nº 14.010	10 de junho de 2020		Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (COVID-19), modificando para 01/08/2021 a data de vigência dos arts. 52, 53 e 54 da LGPD	<a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.010-de-10-de-junho-de-2020-261279456">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.010-de-10-de-junho-de-2020-261279456</a>	-
30	Decreto nº 10.474	26 de agosto de 2020	Art. 6º Data de publicação da nomeação do Diretor-Presidente da ANPD no DOU.	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at_02019-2022/2020/decreto/D10474.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at_02019-2022/2020/decreto/D10474.htm</a>	-